

Significado significação sentido

Meaning significance sense

*Franklin Goldgrub**

Resumo

O presente artigo trata da relação entre a teoria do método interpretativo, em psicanálise, com os conceitos significante, significado, significação e sentido, na acepção que é dada a esses conceitos por Émile Benveniste, a partir da leitura que faz de alguns aspectos do Curso de Lingüística Geral, de Ferdinand De Saussure, principalmente a teoria do valor.

Palavras-chave: *Significado, significação, sentido, interpretação, psicanálise.*

Abstract

This article concerns the relationship between the theory of the interpretative method, in psychoanalysis, with the concepts: significant, meaning, significance and sense, within the meaning given to these concepts by Emile Benveniste, from the reading he made about some aspects of the Course of General Linguistics by Ferdinand De Saussure, mainly the value theory.

Keywords: *Meaning, significance, sense, interpretation, psychoanalysis.*

A teorização do método é uma das questões fundamentais da psicanálise e certamente não a menos nevrálgica. Os “artigos sobre técnica”, expressão pela qual são conhecidos seis textos escritos por Freud entre 1911 e 1915, se ocuparam de alguns aspectos importantes, mas, com exceção de *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912), deixaram de lado um dos aspectos fundamentais da discussão metodológica: a inter-rogação sobre a natureza da interpretação, bem como suas condições de possibilidade.

* Professor titular da Faculdade de Psicologia da PUC/SP, autor de “A Máquina do Fantasma”, “O Neurônio Tagarela” e “A Metáfora Opaca”, entre outros livros, site: www.franklingoldgrub.com

Em *Recomendações...* Freud apresenta duas hipóteses surpreendentes, de alcance considerável, uma delas em forma de metáfora, que não foram desenvolvidas posteriormente, nem por ele nem por outros psicanalistas. Com referência à “atenção uniformemente suspensa” (mais conhecida como “atenção flutuante”), Freud comenta que se trata, em relação ao psicanalista, do equivalente às associações livres.

A implicação é que o analista deve escutar tal qual pede ao “paciente” que fale – e não somente evitando selecionar, controlar, omitir ou julgar, mas também sem preocupar-se em compreender o que está ouvindo, da mesma forma que insta o paciente a não preocupar-se em manter a coerência ou a lógica em sua fala (“Não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é entendido posteriormente”). (Freud, 1969, p. 150).

A compreensão é um ato inseparável da atenção deliberada, o que equivale a selecionar. Essa espécie de marca-texto, quando aplicado às associações livres, ressaltaria determinados aspectos em detrimento de outros. Agindo dessa forma, prossegue Freud, o psicanalista se arriscaria a não descobrir senão o que já sabe.

A metáfora da comunicação telefônica acentua mais ainda o caráter inconsciente da escuta psicanalítica, que Freud compara ao papel do aparelho receptor, cuja função é a de restituir os impulsos elétricos às ondas sonoras das quais se originaram.

A analogia sugere que as associações livres são produzidas pelo deslocamento do sentido inconsciente, que se transforma em significação, portanto comunicável. (Nessa comparação, os impulsos elétricos transportados pelos fios e cabos representariam as associações livres). Caberia ao aparelho receptor (a escuta do analista) recuperar a voz (as ondas sonoras, que metaforizam o sentido) a partir dos “impulsos elétricos” (que metaforizam as significações subjacentes às associações livres).

Em outras palavras, Freud está preconizando a aplicação do método desenvolvido para interpretar sonhos a qualquer tema veiculado pelas associações livres.

Para tanto, escreve Freud, é preciso que o analista ajuste seu “aparelho receptor” ao “aparelho emissor” do “paciente” – recomendação

que atribui ao ato analítico o caráter de uma comunicação inconsciente, condição imprescindível para a interpretação. A descrição dá a entender que tanto a fala como a escuta obedecem às mesmas leis e que, talvez surpreendentemente para o público leigo e não menos para a maioria dos psicanalistas (inclusive, ou principalmente, os lacanianos), a interpretação não seria senão a manifestação, na consciência, de um ato cujas condições de possibilidade são inconscientes.

Como tudo, aliás...

Não por outra razão Freud dá a entender que o analista deve renunciar a qualquer esforço destinado a memorizar o que o paciente está dizendo. Tomar notas durante a sessão, nessa perspectiva, situa-se nos antípodas da atenção flutuante.

Desde que a preocupação com a transferência passou a primeiro plano, a associação livre e a atenção flutuante foram subrepticamente transformados em conceitos ultrapassados. Sem que nenhum livro ou artigo se ocupasse sistematicamente da revisão do método, a literatura psicanalítica canalizou suas preocupações acerca da prática clínica para a discussão sobre as expectativas afetivas do paciente, o diagnóstico e o aspecto formal da fala.

A demissão em surdina das duas operações definidas por Freud como os pilares do método acarretou o abandono da interrogação teórica sobre a interpretação, que foi substituída por outros tipos de intervenção – pontuação e escansão, na prática lacaniana, e análise dos sentimentos, tanto os do paciente como os próprios, na prática kleiniana.

A clínica lacaniana, centrada no significante, também tem na transferência – descrita pela atribuição de um suposto saber ao analista – o seu eixo central, e se diferencia, em relação à atitude kleiniana, pela preconização de analisar na, e não a, transferência. Em decorrência, o analista laciano procura deliberadamente frustrar a expectativa que julga estar presente sem exceção em todos os analisandos – apropriar-se da sua erudição – mas sem mencioná-la em suas intervenções. Qualquer comentário a respeito incorreria no pecado pedagógico, alvo privilegiado do anátema laciano.

A interpretação é considerada, na perspectiva lacaniana, como um procedimento de natureza intelectual que atenuaria a angústia mediante

explicações freqüentemente contaminadas por conceitos teóricos. O analista lacaniano opta por excluir o teor discursivo, considerado consciente, tomando por objeto da sua escuta o significante, a nova via real para o inconsciente.

Dessa maneira, a matéria prima do método interpretativo freudiano – a significação subjacente às associações livres – é desconsiderada, quer em função da priorização das expectativas afetivas depositadas no analista (que ao perceber – ou julgar perceber – a reação esperada inconscientemente pelo paciente lhe daria a conhecer essa intenção)¹, quer em benefício da dimensão significante (ou formal)² das palavras provenientes do divã, atitude que na perspectiva lacaniana permitiria evitar a armadilha da intelectualização do processo analítico e sua correspondente subordinação à consciência.

A renovação da interrogação sobre o método interpretativo não poderia dispensar o recurso à lingüística, ciência em que o signo³ fundamento da significação e do sentido, constitui um dos conceitos básicos. Émile Benveniste talvez seja o lingüista que mais se dedicou ao tema. Em “Semiologia da Língua”, esse admirador confesso do autor do “*Curso de Lingüística Geral*”⁴ comenta que “...Saussure não ignorou a frase, mas visivelmente ela lhe criou uma grave dificuldade, e ele à atribuiu à ‘fala’”. (Benveniste, 1989, p. 66).

Saussure elaborou a “teoria do valor”, expressão pela qual é designada a sua notável contribuição ao estudo do significado, a saber, a demonstração de que a propriedade designativa da linguagem se explica antes pela inter-

1 Procedimento que se apóia em uma das derivações do conceito kleiniano “identificação projetiva”.

2 Referente aos fonemas, morfemas, sílabas, aspectos morfológicos e sintáticos.

3 Que corresponderia, grosso modo, ao que em linguagem coloquial se designa por “palavra”.

4 Livro cuja leitura é considerada imprescindível para o estudo da lingüística contemporânea, e que foi escrito por dois estudantes (Charles Bally, Albert Séchéhaye) com base em anotações das aulas ministradas por Ferdinand de Saussure na Universidade de Genebra, na qual lecionou Lingüística Geral de 1906 a 1912.

relação recíproca das palavras do que pela referência a objetos, qualidades, ações. Entretanto, ele não conseguiu articular significado (campo semântico da palavra) e significação (campo semântico da frase ou enunciado).

A dificuldade de Saussure se deve a que, para tanto, seria necessário deixar a esfera da língua e ingressar no campo da subjetividade, isto é, do falante, cujo comportamento lingüístico lhe parecia inacessível à abordagem científica.

Benveniste, diferentemente, considera possível a construção de uma semântica discursiva, que ultrapassaria “a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua”. (Benveniste, 1989, p. 67).

Em sua concepção, trata-se de criar uma nova disciplina no interior da lingüística, a semiótica discursiva, que se diferenciaria da semiótica da língua por ter como objeto a “significância”. A significância se ocuparia não apenas da semântica dos enunciados mas também da “...análise translingüística dos textos, das obras...”, que Benveniste propõe designar por “metasemântica”. (Benveniste, 1989, p. 67).

Para fins de precisão, doravante os termos “significado” e “significação” serão utilizados para designar respectivamente o valor semântico das palavras (ou expressões) e o das frases. Seria preciso acrescentar que “significação” corresponderia ao valor semântico de cada frase, isoladamente, bem como de um conjunto de frases, ou seja, o “discurso”.

A distinção é importante. No texto citado, Benveniste comenta que o signo “...deve ser reconhecido” enquanto o “semântico (o discurso) deve ser compreendido”. (Benveniste, 1989, p. 66).

Não há como deixar de assinalar que “compreensão”, distinguindo-se de “reconhecimento”, coloca em jogo a questão da interpretação – ainda que se trate de uma interpretação “mínima”, próxima à literalidade do enunciado. Por mais óbvia que pareça a compreensão de determinado enunciado, a mesma se apóia na capacidade interpretativa do ouvinte – e a sua ocorrência (ou não) está longe de constituir uma obviedade.

O exame da questão passa por algumas constatações interessantes – algumas das quais, novamente, aparentam uma transparência enganadora. Em todas as línguas, as frases obedecem a regras sintáticas, que regem as

relações entre os signos e regulamentam a respectiva seqüência. Outro dado a ser considerado é que há um limite para o número de palavras que integram cada frase. (Tudo se passa como se, para além de certo limiar, a respectiva compreensão se tornasse impossível). Não se trata de uma regra escrita (consciente...) mas de uma evidência que pode ser aferida facilmente, examinando-se os proferimentos, falados ou escritos, presentes em toda e qualquer língua.

A marcação do início e do fim de um enunciado graças à entonação (e à prosódia, que pode “grifar” uma palavra ou expressão para fins de ênfase, ironia, interrogação, imposição, negação, surpresa, pedido, conselho, etc.) tem a função de separá-lo dos que o antecederam e dos seguintes. A significação depende desse limite – visto a impossibilidade, mencionada no parágrafo anterior, de acumular ilimitadamente os vocábulos.

A compreensão da frase dá-se então a partir de um gesto interpretativo caracterizado pela integração retrospectiva dos signos que a compõem, partindo do fim para o começo do enunciado. A condição de possibilidade da compreensão parece ser o que doravante será chamado de “silêncio interno”, ou seja, a suspensão de qualquer manifestação discursiva mental por parte do ouvinte, durante o tempo em que a locução é proferida.

Eventualmente, o ouvinte “comenta” internamente (concordando ou discordando, por exemplo) o que vai compreendendo do(s) proferimento(s), mas sem que esses pensamentos se sobreponham à fala do interlocutor. (Se isso acontecer, a comunicação ficará prejudicada ou mesmo inviabilizada).

Em acréscimo às observações de Benveniste sobre a significação, seria possível, a partir da prática clínica psicanalítica, centrada no método elaborado por Freud para interpretar sonhos e estendido em *Recomendações aos médicos...* para qualquer outro conteúdo, acrescentar um novo conceito: o sentido.

Obviamente, não se trata de um termo desconhecido. A questão consiste, fundamentalmente, em definir “sentido” a partir do procedimento interpretativo psicanalítico, tarefa que exige diferenciá-lo de significação.

Gottlob Frege, filósofo e matemático alemão (1848-1925), cujos estudos foram fundamentais para o desenvolvimento da lógica, abordou essa

questão em *Sinn und Bedeutung*⁵, publicado em 1892, texto considerado central para a discussão sobre a dimensão semântica da linguagem. Frege preocupou-se em elaborar critérios para impedir a contaminação das proposições lógicas pela linguagem “cotidiana”, que escapa do crivo “verdadeiro / falso” graças à significação.

Em relação à significação, contata-se facilmente que não há qualquer diferença em relação à compreensão de proposições, quer sejam verdadeiras ou falsas. Entendemos tão bem “O Brasil é um país situado na América do Sul” como “O Brasil é um país situado na Europa”. Do ponto de vista lógico (ou referencial), o valor dessas proposições se apresenta como oposto, mas em relação à respectiva compreensão a exigência feita ao ouvinte é exatamente a mesma.

A teoria da interpretação distinguirá o valor lógico de uma proposição (verdadeiro/falso), fundado na adequação à sua referência (fatos, situações, acontecimentos), da respectiva significação.

Durante a vigência da “teoria do trauma” (ou do trauma/sedução, segundo a qual a sintomatologia neurótica derivaria de abusos sexuais sofridos na infância), Freud concedia à narrativa do paciente um papel informativo, ou seja, considerava as suas palavras como pertencentes ao arcabouço lógico das proposições, em função de sua adequação ao *designatum* (à referência). (No caso, Freud julgava que os citados relatos eram verdadeiros, embora eventualmente pudessem revelar-se falsos).

A partir d’*A Interpretação dos Sonhos* (1900) as palavras do paciente se transformam em “associações livres” e a escuta psicanalítica deixa de pautar-se pela aferição do respectivo conteúdo informativo. Em seu lugar, trata-se de aceder ao sentido. A questão de saber se o relato do sonho corresponde ao que efetivamente foi sonhado, ou de se o paciente consegue lembrar-se da totalidade das imagens oníricas, deixa de ter importância.

5 Traduzido como Sentido e Referência (“Sobre o sentido e a Referência”), por Paulo Alcoforado, in *Lógica e Filosofia da Linguagem*, Editora Cultrix e EDUSP, em que “referência” conota igualmente “significado”. Por outro lado, com relação à terminologia adotada neste texto, o termo “sentido”, tal como empregado por Frege, corresponderia a “significação”.

Frege, preocupado com a relação entre linguagem e ciência, procura construir uma lógica a salvo das ambigüidades e armadilhas da linguagem em seu uso corrente. A ciência exige a depuração do discurso para fazê-lo corresponder à precisão exigida de um instrumento destinado a produzir, registrar e transmitir conhecimento.

Na escuta psicanalítica, a questão se apresenta de maneira simetricamente oposta. Para alcançar o sentido de um conjunto de associações livres torna-se necessário renunciar à preocupação com a verossimilhança da fala. A psicanálise tem como objeto de estudo o sujeito. Por isso, a aferição do sentido, enquanto referência mais próxima da identidade, corresponde – pelo avesso – ao que nas ciências naturais é representado pela determinação causal ou probabilística, quase sempre acessível mediante a observação, a mensuração e o cálculo.

As associações livres são consideradas portadoras de significações denotativas de sistemas de crenças que o psicanalista não questionará (nem justificará), mas a cujo sentido, suposto subjacente, ele procura aceder. (Em termos da respectiva justificativa terapêutica, essa prática se ampara na suposição de que a tomada de consciência do sentido atenuaria os conflitos).

Aceder ao sentido de um conjunto de associações livres é precisamente ao que visa o ato interpretativo. Mesmo que Freud não tenha teorizado sobre a linguagem, fica patente que o método interpretativo proposto por ele tem por base a suposição de que o discurso apresenta dois níveis, diferenciáveis segundo a divisão consciência / inconsciente.

Divisão que, em relação ao método interpretativo, se expressa pela distinção entre significação (consciente) e sentido (inconsciente).

Uma das questões cruciais da teoria do método psicanalítico se refere à elucidação do procedimento graças ao qual se dá a passagem da significação ao sentido. Trata-se da interrogação sobre as condições de possibilidade da interpretação.

A interpretação do sonho, escreve Freud, requer que se passe das imagens aos pensamentos que elas suscitam, geralmente referentes a vivências do mesmo dia (“restos diurnos”). A partir da comunicação desses

pensamentos (a propósito dos quais Freud criou a expressão “associação livre”), o psicanalista terá o material necessário para efetuar o salto da significação ao sentido.

A teoria da interpretação deveria explicar de que maneira isso ocorre.

A passagem do conteúdo manifesto (o sonho tal como é sonhado ou lembrado) para o conteúdo latente (expressão que refere simultaneamente a significação, subjacente aos pensamentos que deram lugar às imagens, e o sentido, correspondente ao que Freud entende como o desejo inconsciente que motivou a elaboração onírica), requer que se entenda não apenas o sonho, mas a própria linguagem, como um fenômeno essencialmente metafórico.

A linguagem é a condição de possibilidade do sonho – e de todo e qualquer comportamento humano.

A análise da elaboração onírica constitui muito mais do que uma descrição das respectivas operações – o que por si só já estaria longe de ser algo trivial.

O processo pelo qual o sentido cria a significação (deslocamento), expressa por pensamentos que na seqüência são miniaturizados (condensados) e transformados em imagens metafóricas (significados), a que o relato do sonho (a elaboração secundária) confere um arcabouço sintático, ilustra com precisão admirável o mecanismo de construção da própria metáfora.

Essa figura de linguagem, (ou tropo, na terminologia da lingüística), apresenta como característica marcante a substituição de termos abstratos por vocábulos que referem objetos, ações e qualidades eminentemente concretos (ou seja, aferíveis pelos sentidos). A figurabilidade elucida o processo de metaforização ao mostrar a concretização do sentido (relacionado à identidade do sonhador)⁶ e da significação (seus pensamentos e afetos) nas imagens oníricas. Pode-se mesmo dizer que a figurabilidade constitui a metáfora do processo metafórico.

Para entender o procedimento interpretativo será útil interrogar a metáfora coloquial e o seu papel na linguagem cotidiana.

6 A sua relação com a falta.

Quando ouvimos “*é melhor um pássaro na mão do que dois voando*” ou “*água mole em pedra dura tanto bate até que fura*” e acedemos à respectiva significação, que difere do significado literal das palavras empregadas nessas locuções, fica patente a propriedade da linguagem de representar uma idéia por meios indiretos – ou seja, através de expressões constituídas por termos depurados de seu significado “dicionarial” e colocados a serviço de uma significação que seria inacessível caso os referidos termos fossem entendidos literalmente.⁷ Seria difícil explicar a existência da metáfora coloquial enquanto fenômeno universal, ou seja, presente em todos os idiomas, sem recorrer à hipótese de uma capacidade interpretativa espontânea inerente ao uso da linguagem.

Essa capacidade interpretativa espontânea permite transformar significado em significação sem qualquer participação da consciência. Efetivamente, a compreensão da metáfora coloquial não requer elocubrações, deduções, análises, raciocínios ou qualquer outro tipo de elaboração intelectual. A interpretação da metáfora coloquial constitui um bom modelo para compreender a modalidade interpretativa apta a extrair o sentido subjacente à significação – operação que tampouco requer qualquer participação da consciência.

Não seria descabido supor que o entendimento das frases comuns, isentas de metáforas coloquiais, requer um procedimento até certo ponto semelhante, alcançado mediante a “calibragem” do significado das palavras. Essa outra alteração imposta ao significado literal é bem mais sutil – para percebê-la é necessário recorrer ao microscópio da análise lingüística – e ocorreria em obediência à influência recíproca resultante de dependência mútua em que se encontram os vocábulos que convivem no mesmo enunciado.

Em “A cadeira na qual estou sentado pertenceu à tia do autor da marchinha que ganhou o carnaval de 1951” cada palavra “puxa” suas vizinhas para um campo semântico peculiar. A “cadeira” da frase, pelo tempo de uso, recebe a conotação de móvel antigo, associado a um personagem que gozou de alguma celebridade em certo tipo de concurso que não mais

7 O que eventualmente acontece com estrangeiros e se presta ao uso anedótico.

existe e refere um gênero musical atualmente raro, senão extinto – tudo rescende a um passado simultaneamente próximo e distante, que “tia”, “cadeira”, “carnaval”, “marchinha”, “ganhou”, “autor”, isoladamente, não poderiam evocar, mas que emerge claramente da vizinhança e da ordem vocabular estabelecida no enunciado. Com as mesmas palavras poder-se-ia construir uma frase bem diferente, como “A marchinha de carnaval de 1951 não deixou o autor sentado na cadeira que ganhou da tia, a quem ela pertenceu”.

Embora no ambiente frasístico os significados das palavras geralmente permaneçam fiéis à sua definição nos verbetes do dicionário, nem por isso deixam de adquirir nuances devido ao “campo gravitacional” da significação. Há ocasiões em que essa alteração semântica alcança um nível máximo – invertendo o efeito esperado do significado habitual – quando a ironia ou a hipérbole, veiculadas geralmente pela prosódia ou a entonação, subvertem a literalidade.

Se as considerações anteriores forem plausíveis, pode-se concluir que a significação se sobrepõe ao significado, ou, mais ainda, que a função do significado é precisamente prestar-se à significação, tanto quanto a do significante (o fonema) consiste em servir à construção do significado (morfema).

A relação entre sentido e significação pode ser interrogada a partir da mesma lógica. Se o significado, como afirma Benveniste, requer o reconhecimento, e a significação pede a compreensão (que pode ser definida como uma interpretação relativamente próxima à literalidade do enunciado), é possível postular que o sentido supõe a interpretação propriamente dita.

Se a significação prevalece sobre o significado sem subvertê-lo, como que respeitando a sua definição nos verbetes do dicionário⁸, o sentido se afasta da significação sem qualquer escrúpulo. Pode-se comparar a significação com a navegação costeira, de cabotagem, e o sentido com a navegação em mar aberto.

8 A exceção da metáfora coloquial.

O significante⁹ estaria para o significado¹⁰ como o significado para a significação¹¹ e a significação para o sentido¹².

Em correspondência com a hipótese de que a compreensão de uma frase se dá a partir da sua conclusão (identificável pela pontuação, na escrita, pela entonação, na fala, e pelo gesto correspondente na língua de sinais), é lícito postular que o sentido exige, para sua aferição, o desdobramento de um conjunto de enunciados. Embora não haja como medi-la em relação ao número de frases requerido, no que se refere às associações livres a respectiva duração gira ao redor de uma hora.

Freud jamais justificou teoricamente a duração da “sessão” de psicanálise. Provavelmente a experiência clínica levou-o a perceber que esse seria, aproximadamente, o tempo necessário para que o sentido fosse destilado das significações veiculadas pelas associações livres.

O comentário feito em “*Recomendações...*”, de que o psicanalista não deveria preocupar-se em entender as associações, aponta para um aspecto central do método – a subordinação da compreensão à interpretação, ou da significação ao sentido. O esforço de compreender obstaculiza a aferição do sentido. Não há como compatibilizar esses dois tipos de escuta. Trata-se de uma constatação decisiva para definir a atenção flutuante como a atitude requerida pelo ato interpretativo.

O silêncio interno necessário à compreensão de toda e qualquer elocução no âmbito de um diálogo (aula, palestra, conferência) constitui o gesto que, se estendido às dimensões bem maiores do discurso, cria as condições de possibilidade da “atenção flutuante”. A implicação é que, se as significações do discurso do analista se fizerem presentes durante a escuta das associações livres, o sentido subjacente às significações do discurso do “paciente” não terá o espaço necessário para manifestar-se.

Similarmente, a metáfora coloquial constitui o fenômeno que, ao elucidar a passagem do significado à significação, fornece o modelo apto

9 Fonema.

10 Morfema, ou palavra.

11 Frase ou conjunto de enunciados.

12 Discurso (identidade).

a descrever a passagem da significação ao sentido. Diferentemente da metáfora coloquial, composta por sintagmas ou enunciados breves, o encaideamento das frases constitutivas do discurso expressaria um sentido cuja opacidade contrasta com a significação transparente da metáfora coloquial.

O mecanismo metafórico é responsável tanto pela produção da significação das frases (metáfora transparente), situada no âmbito da compreensão, como do sentido do discurso (metáfora opaca), situado no âmbito interpretativo.

Pode-se dizer então que a compreensão da frase ocupa um lugar intermediário entre a metáfora coloquial, cuja significação é facilmente aferível, e o discurso, cujo sentido inconsciente é opaco a qualquer esforço de compreensão (correspondendo ao que Freud designou como deslocamento).

A compreensão detém-se na significação. Não há como ter acesso ao sentido senão mediante o silêncio do próprio discurso, que renuncia à compreensão para oferecer-se à interpretação.

Tal como a compreensão da frase se daria de forma retrospectiva, a partir da sua conclusão, mediante a integração de todos os seus signos, o sentido subjacente ao discurso é veiculado pela integração igualmente retrospectiva de todas as suas frases. As palavras estariam para a significação das frases como as frases estariam para o sentido do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Frege, G. (1978). *Sentido e Referência* (original: 1892), in *Lógica e Filosofia da Linguagem*, São Paulo: Editora Cultrix.

Freud, S. (1969). *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (original: 1912), in *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud*, volume XII, Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.

De Saussure, F. (2007). *Curso de Linguística Geral* (original: 1916), São Paulo: Editora Cultrix.

Benveniste, É. (1989). *Semiologia da Língua* (original: 1969), in *Problemas de Linguística Geral II* (original: 1976), São Paulo: Pontes Editores.